



Políticas de inclusão e ensino superior público: a importância da reserva de vagas para a democratização do acesso

Vinicius de Oliveira Aversa ¹

RESUMO

Como forma de compartilhar alguns dos resultados obtidos através de pesquisa realizada sobre o vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), este artigo tem o objetivo de demonstrar e ratificar a importância das políticas de reserva de vagas para a democratização do acesso ao ensino superior, expondo uma problemática que tem como centralidade a defasagem do ensino público paulista, que é orientado por políticas de orientação neoliberal e de responsabilização docente. A partir da análise do perfil dos candidatos ao vestibular da UNESP, examinamos, de maneira comparativa, os resultados obtidos pelos postulantes nas provas de 2010 a 2018, com a finalidade de examinar se o que garantiu o acesso de estudantes egressos das escolas públicas paulistas foi a política que determinou a mudança nas provas, adotada em 2010 e de cunho curricular e meritocrático, ou a política de reserva de vagas, que se estabeleceu a partir de 2014.

Palavras-chave: Universidade; acesso; ação afirmativa; inclusão.

RESUMO

As a way of sharing some results obtained through research about the entrance exam at the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), this article aims to demonstrate and ratify the importance of vacancy reservation policies for the democratization of access to higher education, exposing a problem that has as its centrality the discrepancy of public education in São Paulo, which is guided by neoliberal policies and teacher accountability. Based on the analysis of the profile of candidates for the UNESP entrance exam, we examined, in a comparative way, the results obtained by the candidates in the exams from 2010 to 2018, in order to examine whether what guaranteed the access of students coming from public schools in São Paulo was the policy that determined the change in exams, adopted in 2010 and of a curricular and meritocratic nature, or the policy of reservation of vacancies, which was established as of 2014.

Key-words: University, access, affirmative action, inclusion.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro), vinicius.aversa@gmail.com

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado realizada pela Programa de Pós-Graduação em Geografia (IGCE – UNESP/Rio Claro).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de analisar o impacto e a efetividade de duas políticas adotadas pela Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP) que tem por objetivo a democratização do acesso à universidade pública. A partir de 2010 a VUNESP alterou a forma de elaboração do vestibular da UNESP numa investida no sentido da aproximação curricular. Segundo o novo posicionamento da VUNESP, as provas, a partir daquele ano, deveriam ser elaboradas em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) e as Propostas Curriculares da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008), ou seja, embasadas pelos mesmos pressupostos teórico-pedagógico presentes nos documentos oficiais que orientam o ensino público no estado, o que significa uma aproximação intencional entre o vestibular da UNESP e o ensino oferecido pela rede estadual pública de educação básica. Em 2014 outra medida foi tomada no sentido de democratizar o acesso à universidade pública, a política de cotas, que reservaria progressivamente até 50% das vagas a candidatos que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Por meio da composição de uma matriz de banco de dados dos vestibulandos, obtida junto a VUNESP, foram analisados o desempenho dos candidatos ao vestibular e o perfil dos convocados à matrícula, de 2010 a 2018, com a finalidade de avaliar a efetividade das políticas de inclusão adotadas.

Entendendo que a continuidade dos estudos se caracteriza qualitativamente como elemento que contribui para a formação do indivíduo, uma vez que abre um leque de possibilidades não apenas frente ao mercado de trabalho, mas também como um novo horizonte de formação humana e intelectual, o acesso ao ensino superior público de qualidade é fundamental para que esta formação se concretize de modo democrático para toda a sociedade.

Frente a perspectiva apresentada, voltamos nosso olhar para o ensino público estadual de São Paulo, compreendendo que é sob a atual égide das políticas neoliberais adotadas pela esfera educacional que surge a necessidade de analisarmos os resultados da acessibilidade e de busca de um padrão democrático de acesso ao ensino superior público.

Quando as demandas pelo acesso à universidade pública se intensificam e as políticas de cotas e outras ações afirmativas são adotadas por diversas IES no Brasil, a VUNESP, em confluência com este movimento, ratifica, no ano de 2010, a alteração em



seu vestibular, promovendo uma aproximação intencional entre a elaboração das provas e a escola pública paulista.

O objetivo deste trabalho é o de confrontar os resultados obtidos por duas políticas adotadas pela UNESP que alteraram seu vestibular, com o intuito de democratizar o ingresso ao ensino superior público.

Investigamos de que modo as mudanças adotadas pela VUNESP, a partir de 2010, impactaram o desempenho dos candidatos e conseqüentemente, o acesso, dos egressos das escolas públicas, uma vez que, segundo a própria Fundação, o novo modelo do vestibular, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e na Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Médio, tem a intenção de aprimorar o processo seletivo para o ensino superior atendo-se ao universo cultural do aluno egresso da educação básica. Esta medida significa uma aproximação intencional entre o vestibular da UNESP e o ensino médio oferecido pela rede pública de educação básica, logo, nosso trabalho foi orientado pela necessidade de descobrirmos se a medida tomada pela VUNESP se efetivou como uma ação afirmativa, no sentido da ampliação do acesso ao ensino superior público por parte dos candidatos egressos das escolas públicas paulistas, ou se a tendência a democratização do acesso, observada nos últimos anos da pesquisa, foi assegurada pela política de reserva de vagas, em vigor a partir de 2014.

Para a realização deste estudo, analisamos o desempenho dos candidatos ao vestibular da UNESP, entre os anos de 2010 a 2018, com a intenção de averiguarmos se as alterações promovidas nas provas do processo seletivo, que datam do ano de 2010, têm surtido efeitos positivos no desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas estaduais paulistas, ampliando a possibilidade de acesso das camadas populares ao ensino superior público, caracterizando tal medida como uma ação afirmativa.

Conceitualmente, partilhamos do entendimento de Oliven (2007) de que ação afirmativa se refere

a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de



favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (p. 30).

Os dados referentes aos vestibulares de 2010 a 2018 foram gentilmente cedidos pela VUNESP, e estes eram compostos por tabelas anuais que continham as informações de todos os candidatos inscritos naquele ano. Dentre as informações de cada candidato estavam, além de seu resultado em cada fase do vestibular, separados por área, e as respostas obtidas através do questionário socioeconômico, aplicado pela VUNESP a todos os inscritos no vestibular. Foram estes dados que possibilitaram a realização desta pesquisa.

O item número 9 do questionário socioeconômico tem o objetivo de averiguar a procedência dos candidatos ao vestibular segundo sua trajetória no ensino médio, por esfera administrativa. Esta questão nos proporciona os elementos fundamentais para nossa pesquisa, segmentando os grupos de candidatos que cursaram o ensino médio majoritariamente em instituições públicas e os candidatos egressos do ensino médio ofertado pelas instituições privadas de educação.

O nível de detalhamento dos dados dos candidatos ao vestibular não nos permite desagregar aqueles que foram convocados à matrícula através do sistema de cotas ou pela concorrência ampla, contudo, associando os resultados de desempenho das provas às variações nas médias de inclusão dos grupos investigados, podemos inferir se o que garantiu o acesso dos estudantes oriundos das escolas públicas foi seu desempenho ou a política de cotas.

Para dar conta dessa questão, a partir da consolidação de uma matriz do banco de dados de vestibulandos, passamos a refletir sobre as categorias e conceitos que apresentavam capacidade explicativa sobre a realidade social dos estudantes. Assim, segundo Souza (2009), níveis de abstração diferenciados sobre a realidade fazem emergir conceitos com capacidades operacionalmente (metodologicamente) diferenciadas de explicação do real. Significa dizer que as características socioeconômicas dos candidatos, tais como os perfis de renda, etnia e procedência (escola pública/privada), acabam se consolidando como expressões do ser social.

Segundo Souza (2008, 5-16) categorias e conceitos podem ser definidos



“como instrumentos universais de análise dadas suas mediações materiais na existência humana. (...) Engendradas objetivamente pela realidade, referem-se a uma construção teórica do pensamento humano sobre a materialidade da natureza humana, em sua essencialidade. Numa palavra: as categorias são concretudes histórico-teóricas em um tempo cronológico segundo determinado estágio de desenvolvimento humano. Em Marx, “as categorias são formas de ser, determinações da existência” (MARX, 1983, p.189), o que implica não se constituírem a partir de “conceitos abstratos”, ao contrário sua dimensão prático-histórica é que permite a elaboração conceitual, como representações ontológicas da realidade (...) As categorias não apresentam existências independentes ou formas naturais e linearmente “históricas” são, efetivamente, mediadas por condições concretas de existência e do pensamento sobre esta mesma existência.

Neste sentido, tais conceitos foram sendo consolidados de maneira que pudéssemos reconhecê-los como expressões dos sujeitos sociais e historicamente localizados, considerando suas condições concretas e materiais de existência que se relacionam, impactam e interferem nos processos formativos dos mesmos, sob a prerrogativa de que elementos específicos, internos e externos à escola, são fortes condicionantes do desempenho escolar. Buscamos relacionar estes elementos socioeconômicos ao resultado dos candidatos nas provas do vestibular, com a intenção de identificar quais as principais variáveis, dentro desse espectro, que determinam o desempenho dos candidatos ao ingresso no ensino superior público e como este desempenho, que é reflexo das relação entre a escola e o acesso ao ensino superior público via vestibular, se constitui como uma das barreiras que configuram o território da universidade pública como “inacessíveis” para a maior parcela dos candidatos que cursaram o ensino médio em escolas públicas (CURY, SOUZA, 2015).

Ainda no sentido de levar a cabo nossa pesquisa, buscamos analisar de início dois elementos centrais para a temática proposta e que, por estarem intimamente articulados, parecem-nos fundamentais para que possamos avançar no entendimento da questão que apresentamos. O primeiro elemento diz respeito a concepção educativa que passou a orientar a elaboração do vestibular da UNESP. Para isso, analisamos não só os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Propostas Curriculares do Estado de São Paulo para o Ensino Médio, como também outros documentos oficiais que se colocaram como mediadores do processo de desenvolvimento das práticas pedagógicas e conteúdos da educação pública (SOUZA; JULIASZ, 2020) e que partilham de proposições teórico-pedagógicas semelhantes.



Enquanto política pública, a mudança no vestibular da UNESP está centralizada no discurso de que a solução para o problema do acesso está relacionada a uma questão curricular, tendo como pano de fundo uma perspectiva meritocrática baseada no abstracionismo pedagógico.

As políticas educacionais pautadas no abstracionismo pedagógico enfatizam a importância dos currículos e as avaliações padronizadas, reforçando a ideia de uma escola pensada como organização simples, fácil de ser gerida e controlada a partir de uma lógica focada na obtenção de resultados quantitativos, que pouco ou nada expressam sobre a aprendizagem dos estudantes e as condições de ensino. Com isso, ocultam-se as múltiplas variáveis que contribuem no entendimento da relação entre escola, educação e sociedade, resultando, assim, em interpretações simplistas sobre a educação que impedem que reconheçamos as diferentes problemáticas que envolvem o fenômeno educativo, complexo por excelência. (GIROTTO, 2018, p. 21).

O conceito de qualidade da educação, submetido à um reducionismo tecnicista, depende de um modelo de avaliação simplificada e homogeneizante, que trata o fenômeno educativo de modo pouco abrangente, deixando de lado todas as questões que não possam ser mensuradas por testes e aplicações de provas objetivas, quando na verdade o fenômeno da educação é complexo, composto por diversos fatores intra e extraescolares que interferem direta ou indiretamente no processo.

Como dito anteriormente, a continuação dos estudos é fator que contribui qualitativamente para a formação do indivíduo, porém, há um número restrito de vagas para os postulantes ao ingresso em universidades públicas.

Desde meados da década de 1960 a Universidade pública enfrenta a questão da insuficiência de investimentos para atender a demanda por vagas no ensino superior, criando um déficit na relação entre os candidatos ao ingresso e o número de vagas ofertadas que, contraditoriamente, se transforma em um coeficiente de dificuldade de acesso. A precária expansão do ensino superior não acompanhou o movimento de universalização da educação básica.

O objeto central de nosso estudo está diretamente vinculado às problemáticas do exame vestibular e do acesso à educação superior pública. Compreender este momento, decisivo na transição entre duas fases da trajetória formativa dos indivíduos, não é tarefa simples. O vestibular assumiu a função de processo de seleção e filtro entre os aptos e não



aptos a ingressar no nível superior de ensino e, ao mesmo tempo, sustenta uma concepção de saber a ser verificada. O que caracteriza este exame e pauta muita discussão são os critérios estabelecidos para a elaboração das provas, o que resulta no questionamento de quais os conhecimentos e saberes serão exigidos como os necessários dos candidatos ao ingresso no ensino superior.

Estes exames são dotados de atributos próprios – como o desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas e privadas - que, em certa medida, refletem as condições do sistema educacional brasileiro. O primeiro ponto a ser levantado é referente a tradicional aspiração pela formação em nível superior, que atrai os indivíduos oriundos das diversas camadas sociais por proporcionar, teoricamente, mais espaço no mercado de trabalho. Este ponto esbarra na problemática escassez de vagas neste nível de ensino.

Além da defesa das políticas afirmativas, que tem como propósito corrigir as distorções quanto ao acesso e a permanência na universidade pública, devemos agregar à discussão a alegação de que o ensino superior público deve se voltar à formação da sociedade como todo, de modo que o vestibular, mecanismo de seleção, não funcione apenas como um dispositivo de inacessibilidade, mas como instrumento crítico de distinção entre os aspirantes ao ensino superior, levando em consideração as diferenças constitutivas de nossa sociedade, sem perder do horizonte o critério científico, princípio, alicerce e razão de ser da Universidade.

RESULTADOS

As mudanças que ensejam nossa pesquisa foram promulgadas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP) e pautaram-se na alegação de que a nova composição do vestibular representaria uma aproximação entre os conteúdos exigidos pela Fundação por meio de suas provas e a educação pública oferecida pelo estado de São Paulo, visto que, segundo as normativas que orientam a nova forma de elaboração do vestibular da UNESP, os conteúdos das provas devem alinhar-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (PCESP).

Esta mudança, que data de 2010, foi a primeira medida adotada pela Fundação com a intenção de democratizar o acesso à universidade pública. Uma política de



aproximação curricular entre o vestibular e o ensino público que garantiria a inclusão com mérito.

Como conquista da luta dos movimentos sociais pela pauta da inclusão nas universidades, no ano de 2014 passa a vigorar o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), segunda investida da UNESP no sentido da democratização do acesso. No ano do estabelecimento do sistema, a UNESP reservou 15% das vagas oferecidas em seus cursos de graduação para candidatos que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com o propósito de ampliar este percentual gradativamente até atingir o objetivo de dispor 50% de suas vagas destinadas ao programa, em 2018.

A análise do vestibular, enquanto processo seletivo orientado por uma determinada concepção teórica, somado ao conjunto de informações quanto ao desempenho dos alunos por área e por recorte analítico, permitiu que respondêssemos a questão proposta no início de nossa investigação, que se trata de averiguar se de fato houve melhora no desempenho dos alunos egressos do ensino público, caracterizando as mudanças ocorridas no vestibular da UNESP como uma ação afirmativa, ou se os resultados que observamos quando comparamos o desempenho nas provas se manifestam como um reflexo da exclusão historicamente observada nas instituições de ensino superior no Brasil.

Para nossa pesquisa, consideramos candidatos oriundos das instituições públicas de ensino aqueles que afirmaram nesta questão terem cursado o ensino médio totalmente ou majoritariamente em escolas públicas. Do mesmo modo procedemos com os candidatos egressos das instituições privadas de ensino, considerando pertencentes a este grupo todos os candidatos que declararam terem cursado majoritariamente o ensino médio em escolas privadas.

Os postulantes ao ingresso oriundos do ensino médio público eram, em 2010, 29.075 candidatos, 41% do total, onde 16.960 se declararam do sexo feminino e 12.115 do sexo masculino, diferença de 40% entre os sexos. Ao final do processo seletivo daquele ano representaram 30% dos convocados à matrícula, ou seja, 14% dos candidatos que cursaram o ensino médio em instituições públicas foram aprovados no processo seletivo.

Em 2018 identificamos uma mudança significativa deste número, onde do total de candidatos ao exame 40%, 39.334, eram alunos egressos do ensino médio público, sendo



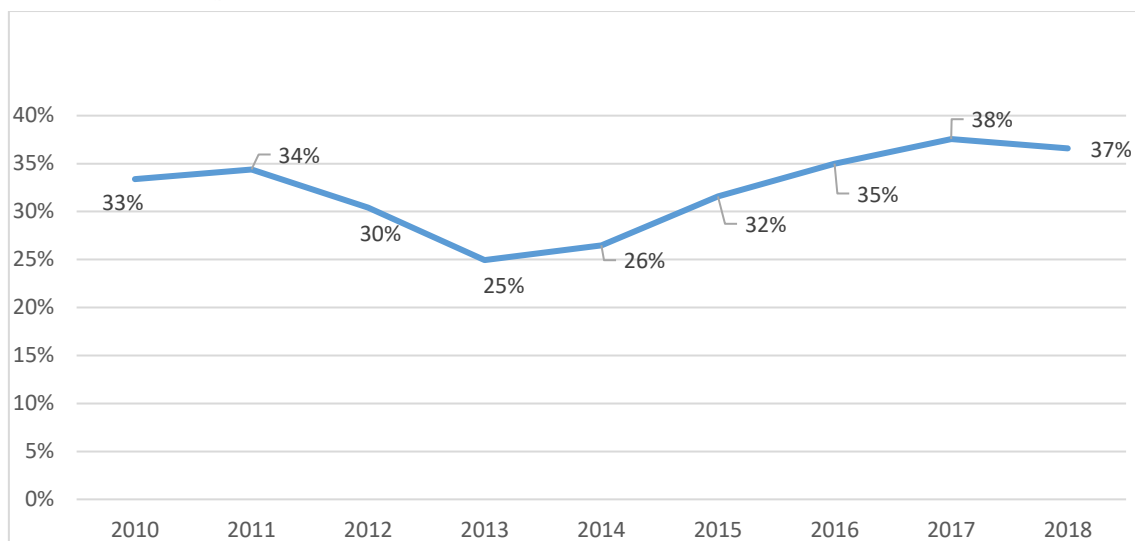
23.676 candidatas e 15.658 candidatos, 51% mais mulheres que homens. Do total de convocados à matrícula, 44% pertenciam a este grupo. 20% dos candidatos que cursaram ensino médio público foram aprovados em 2018. Percebemos aqui um aumento significativo em comparação ao ano de 2010, com um crescimento de 6 pontos percentuais no número de aprovações dentro deste grupo nos anos de referência da pesquisa.

Constatamos então que, em comparação aos candidatos egressos das escolas públicas, os postulantes oriundos da rede privada em 2010 eram 42.435, 59% do total de candidatos, sendo 24.308 mulheres e 18.126 homens, ou seja, 34% mais mulheres que homens. Este grupo representou 70% do total de candidatos aprovados daquele ano. Considerando os candidatos que cursaram o ensino médio em escolas particulares, 22% foram aprovados no vestibular e convocados à matrícula.

Em 2018, os candidatos egressos das escolas particulares eram 60% (59.313) dos postulantes, onde 23394 eram homens e 35919 eram mulheres, 54% de diferença. Apesar da proporção do número total de candidatos ter se alterado pouco com relação aos números de 2010, a porcentagem de candidatos convocados à matrícula que compõem este grupo caiu para 56%. Neste ano 17% dos candidatos egressos das escolas privadas foram aprovados, uma retração de 5 pontos percentuais.

Quando comparamos o desempenho obtido na primeira fase entre os candidatos egressos das escolas privadas e os candidatos egressos das escolas públicas, fica evidente que as distorções não foram corrigidas após com a implementação do novo vestibular.

Gráfico 1 – Evolução do percentual de diferença de acertos entre candidatos egressos do sistema público e do sistema privado de ensino por ano na 1ª fase (2010 a 2018).



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. Organizado pelo autor.

No gráfico acima está representada o percentual de diferença entre as médias de desempenho ao final da primeira fase. Fica evidente que, apesar da diminuição observada entre 2012 e 2014, a tendência é a conservação de uma porcentagem de diferença entre o desempenho dos grupos comparados.

Os candidatos egressos da rede pública, que teoricamente seriam os beneficiados pela mudança no vestibular, não obtiveram melhorias quanto seu desempenho na primeira fase, ampliando a diferença com relação aos egressos das escolas privadas de 33% para 37%, o que demonstra a ineficiência do novo vestibular da UNESP como modelo que promova a melhor participação dos egressos das escolas públicas em seu processo seletivo.

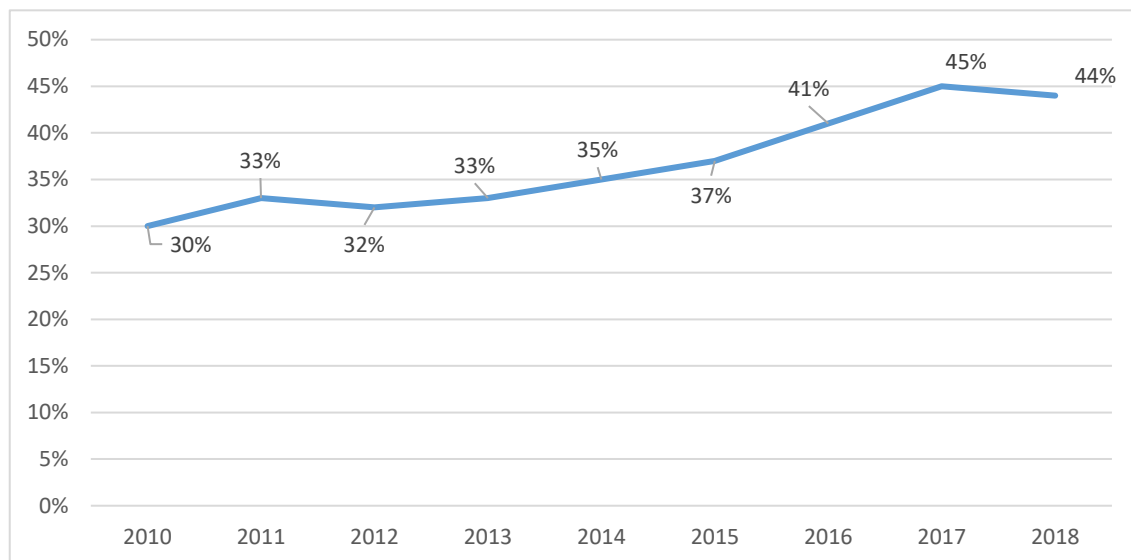
Tabela 1 – Proporção de candidatos inscritos, convocados e sua variação por grupos analíticos - UNESP 2010 e 2018.

Grupos analíticos	2010		2018		Variação (2010/2018)	
	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.
Egressos EM Público	41%	30%	40%	44%	(-1%)	14%
Egressos EM Privado	59%	70%	60%	56%	1%	(-14%)

Fonte: dados do vestibular da UNESP, organizado pelo autor, 2020.



Gráfico 2 - Percentual de candidatos egressos de escola pública convocados à matrícula (2010 a 2018).



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. Organizado pelo autor.

Percebemos uma tendência à democratização do acesso quando olhamos para as porcentagens de convocação referentes à procedência dos candidatos. 70% de todos os candidatos que foram convocados à matrícula em 2010 tinham cursado majoritariamente o ensino médio em escolas particulares. Este número foi retraído para 56% em 2018. Conseqüentemente, os candidatos egressos da rede pública ampliaram sua porcentagem de convocação de 30% para 44% durante os anos da pesquisa.

É evidente a importância das políticas de reserva de vagas para a democratização do acesso ao ensino superior público, vista a discrepante realidade em que o nosso sistema de ensino básico se encontra. Tornar acessível o espaço da universidade pública é passo fundamental em direção a justiça social, uma vez que

A introdução de quotas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada. (PINTO, 2004, p.753).

As reservas de vagas são especialmente importantes para as universidades públicas porque os custos deste nível de ensino, levando-se em consideração os dispêndios necessários aos anos de estudo, principalmente nas instituições privadas, são,



como sabiamente relata a professora Whitaker (1983), um impeditivo que atinge apenas a parcela menos favorecida economicamente da população.

Para um estudante rico, a perspectiva de pagar anuidades nada tem de aterradora, mas para os filhos das camadas médias, principalmente em alguns setores em rápido processo de proletarização, a não existência da universidade gratuita pode significar a renúncia aos estudos superiores. (WHITAKER, 1983, p.129)

Nesse sentido, não se trata, evidentemente, de concebermos o vestibular simplesmente como fenômeno elitista que, para integrar parcela da sociedade, deve reduzir seu rigor científico, mas repensar quais mecanismos podem ser criados antes e depois do acesso, para que esta parcela possa reparar os danos formativos apresentados diante de uma escola pública (fundamental e média) que também é excludente. Assim, nossa intenção aqui é a de elucidar as problemáticas envolvendo a escola pública em oposição à universidade pública, evidenciando o desarranjo entre estas esferas de ensino, sem que se perca o significado fundamental da universidade, baseado na liberdade de pesquisa investigativa e na divulgação científica.

Empregadas aos processos de ingresso às universidades públicas, as cotas não são somente uma política de reparação aos danos históricos ou simplesmente questão de justiça social aos assistidos pelo deficitário sistema de educação pública e aos mais pobres que foram historicamente excluídos do acesso à universidade, mas são também de interesse social no sentido da redução das desigualdades presentes em nosso contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a relação entre o desempenho no vestibular e a ampliação da taxa de convocação por estes grupos, percebemos que não foi o desempenho que lhes assegurou as vagas para o ingresso na Universidade, pois, como evidenciamos, as desproporções existentes entre os grupos referentes ao seu desempenho médio na primeira fase do vestibular aumentaram ou se conservaram.

Inferimos, com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, que os problemas referentes ao desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas no vestibular são



mais profundos do que a forma pela qual os conteúdos são trabalhados e apresentados. O fato destes deixarem de serem apresentados pelo vestibular de maneira compartimentalizada em disciplinas curriculares e passarem a elaboração que os agrega por áreas do conhecimento não gerou mudanças significativas ou melhorias no desempenho dos candidatos que cursaram majoritariamente o ensino médio em escolas públicas.

A reformulação do vestibular está baseada na hipótese de que a aproximação entre os conteúdos das provas às propostas curriculares do estado de São Paulo surtiria efeitos positivos no desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas paulistas. Com base na análise do desempenho, o que demonstramos é que o aumento do percentual dos convocados a matrícula deste grupo, de 30% em 2010 para 44% em 2018, é resultado do programa de reserva de vagas, e não da política de aproximação curricular, que não gerou resultados positivos no desempenho dos candidatos, nem combateu o problema da desigualdade de acesso via vestibular.

A pesquisa está fundamentada na análise do desempenho dos candidatos com a intenção de demonstrar que não foi a política de aproximação curricular adotada em 2010 pela VUNESP que garantiu o acesso dos estudantes das escolas públicas na universidade pública, mas sim a política de cotas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) – Parte I – Bases Legais**. Ministério da Educação, Distrito Federal: 2000.

CURY, Iara Leme Russo; [SOUZA, José Gilberto](#) de. **Vestibular da Unesp: conteúdos e desempenho dos candidatos nas provas objetivas de geografia (2006 - 2012)**. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação., 2015, Presidente Prudente. Anais do XI Encontro Nacional da ENANPEGE, 2015. p. 3855-3866.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública**. v. 36, n. 1. Horizontes, p. 16-30, jan./abr. 2018.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil**. Porto Alegre/RS, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
TEMPO DIGITAL

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O Acesso à educação superior no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004.

SÃO PAULO (ESTADO). **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Geografia.** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo/SP: 2008.

SOUZA, José Gilberto de. **Questão de Método: a homogeneização territorial paulista.** Jaboticabal: FCAV:UNESP, 2008.

SOUZA, José Gilberto de; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **Geografia: ensino e formação de professores.** 1 ed. Lutas Anticapital, Marília, 2020.

VUNESP, Fundação. **Relatório Vestibular Unesp 2010.** v.1. São Paulo, 2010.

VUNESP, Fundação. **Relatório Vestibular Unesp 2018.** v.1. São Paulo, 2018.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Universidade, vestibulares e ideologia.** Perspectivas, São Paulo, 6:123-131, 1983.